



DOIS DEDOS DE PROSA

Nº111 Recife|PE Maio|2025



Prosa de Interesse O enfrentamento à Desertificação no Brasil

Saiba mais nas páginas 4 e 5



**Participar
para o meio
mudar!**
Página 2



**Centro Sabiá
destaca-se no CBA-19:
Semiárido brasileiro no
centro da adaptação
climática global**
Página 3



**18 de Maio
Dia Nacional de
Combate ao Abuso e
à Exploração Sexual
de Crianças e
Adolescentes**
Página 6

A luta pela garantia de políticas públicas tem sido o fio condutor da mobilização dos movimentos sociais e organizações dos nossos tempos. É consenso que só as políticas públicas garantem direitos. A falta de um, inviabiliza a garantia do outro. Pois é na política pública que se amarra o compromisso do Estado com programas e orçamentos. O direito à saúde e educação, à água e à alimentação, o direito à terra e ao território e a viver sem violência só são garantidos com políticas públicas.

E neste DDP a gente trás informação fresquinha de como o Centro Sabiá está na luta por políticas públicas nos espaços e frentes de incidência a partir de suas redes e articulações, pois não andamos sós. Trazemos notícias da luta quilombola, da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CONDRAF), do novo Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação (PAB Brasil), das ações que promovem os acesso aos programadas de compras públicas e da participação do Sabiá no CBA – 19 trazendo o Semiárido para o centro do debate climático.

Aproveitem e boa leitura!

Maria Cristina Aureliano,

coordenadora Geral do Centro Sabiá

Participar para o meio rural mudar!

Por Aniérica Almeida

coordenadora técnica pedagógica do Centro Sabiá e conselheira do CONDRAF

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável **CONDRAF**, há 25 anos, se mostra como um espaço de resistência e importante para a proposição, fiscalização e monitoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural do Brasil. Com um olhar ampliado do meio rural, as políticas públicas discutidas nesse espaço visam atender as demandas concretas dos povos do campo, das águas e das florestas.

Fruto da organização e das lutas dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil tem uma trajetória de importantes conquistas para a Agricultura Familiar e a Agroecologia. No final da década de 1990 influenciou na criação de um ministério específico para o Desenvolvimento Agrário, realizou conferências históricas como as duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e a 2ª Conferência de Assistência Técnica e Extensão Rural, essa última foi realizada com muita garra por parte das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, mesmo diante do golpe que foi dado na presidenta Dilma Rousseff. A criação e aprimoramento de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a Assistência Técnica e Extensão Rural, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional da Alimentação Escolar e o Programa Nacional de



Arquivo Rede ATER de Agroecologia

Habitação Rural são um dos exemplos de políticas públicas que são objeto de proposições, monitoramento e qualificações pelos 68 conselheiros que hoje compõem esse espaço.

Hoje, após quatro anos de um governo conservador que quis pôr fim a todos os espaços de participação social existentes, o CONDRAF segue ecoando a voz dos povos para dentro das diferentes instâncias do poder público brasileiro. Nesse retorno, pautado pela necessidade de reconstrução do país, estão na prioridade das pautas questões fundamentais para a continuidade da Agricultura Familiar e fortalecimento da transição agroecológica. A luta atual é pela garantia de mais recursos financeiros que apoiem a Agricultura Familiar, a redução do uso de agrotóxicos, as estratégias para adaptação e mitigação das mudanças climáticas e sobretudo a garantia de que o país continue promovendo democraticamente o direito que cabe aos povos do campo, das águas e das florestas.

Expediente:

Dois Dedos de Prosa é uma publicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro, Recife/PE – CEP: 50.100.150 – Fone: (81) 3223.7026 e (81) 3223.3323 – Email: sabia@centrosabia.org.br – Site: www.centrosabia.org.br – DIRETORIA - Presidenta: Maria Verônica de Santana. Vice-presidenta: Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade. Secretário: Tone Cristiano Feliciano da Silva. Conselho Fiscal: Alaide Martins dos Santos, Ivonete Lídia Vieira e Marilene Nascimento Melo. COORDENAÇÃO GERAL: Maria Cristina Aureliano de Melo Ramos; COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA: Aniérica Almeida; COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: Carlos Magno Morais. EQUIPE TÉCNICA NOS TERRITÓRIOS: Antônio Júnior, Edgar Caliente, Gabriel Hirata, Helenilson de Souza, Iris Maria Silva, Janaina Ferraz, Juliana Peixoto, Maria Edineide, Nicléia Nogueira, Orlando Santana, Rivaneide Almeida, Simone Arimatéia e Wellington Gouveia. EQUIPE ADMINISTRATIVO FINANCEIRA: Demetrius Falcão, Elivânia Leal, Iran Severino, Ivanildo Júnior, Jullyana Lucena, Natália Porfírio e Pedro Eugênio. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO: Bárbara Bittencourt (estagiária), Carol Barreto, Darlilton Silva, João Lucas França e Rosa Sampaio. NÚCLEO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS: Breno Lacet. O Trabalho do Centro Sabiá recebe apoio das seguintes organizações: Misereor/KZE, Terre des Hommes Schweiz, Cáritas Alemã, PNUD, Manos Unidas, Inter-American Foundation (IAF), Both Ends, Gás Verde, Programa Cisternas e Programa Nacional de Agricultura Urbana/Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome/Governo Federal, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Governo Federal (ANATER/MDA). EDIÇÃO: Rosa Sampaio (DRT/PE3510) - PROJETO GRÁFICO: Kelen Linck. DIAGRAMAÇÃO: Carol Barreto. IMPRESSÃO: Provisual Gráfica e Editora Ltda. TIRAGEM: 1000 (hum mil) exemplares.

Apoio: **MISEREOR**
IHR HILFSWERK

Redes e articulações:



Centro Sabiá destaca-se no CBA-19: Semiárido brasileiro no centro da adaptação climática global

Por Carlos Magno de Moraes e Darliton Silva

coordenador de Mobilização Social e comunicador do Centro Sabiá, respectivamente.



Arquivo CBA-19

Entre os dias 12 e 16 de maio de 2025, o Recife sediou a 19ª Conferência Internacional sobre Adaptação Baseada na Comunidade (CBA-19), organizada pelo International Institute for Environment and Development (IIED). Pela primeira vez, o evento foi realizado na América Latina, reunindo cerca de 400 participantes de diversas partes do mundo para discutir práticas de adaptação climática lideradas por comunidades locais. O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá teve uma participação marcante como membro da comissão local organizadora. A equipe do Sabiá esteve envolvida em várias frentes do evento, contribuindo significativa-

mente para o sucesso da conferência. Uma das contribuições mais notáveis foi a organização de três visitas de campo, que proporcionaram aos participantes uma imersão nas práticas agroecológicas e de adaptação climática em diferentes biomas do estado de Pernambuco. As visitas incluíram experiências no Semiárido (Caatinga), na Mata Atlântica (áreas de manguezais) e em iniciativas de agricultura urbana na Região Metropolitana do Recife. Essas visitas evidenciaram a diversidade e a resiliência das comunidades locais diante das mudanças climáticas. Em parceria com o Habitat para a Humanidade e outras organizações da sociedade civil, o

Centro Sabiá contribuiu para a realização do Festival Clima de Mudança, realizado no dia 14, no vão livre do Cais do Sertão. O evento teve como finalidade celebrar a força criativa e transformadora dos povos do bioma Caatinga. Integrando a programação da 19ª edição da CBA-19, o festival também reuniu arte, música, produtos da economia criativa e rodas de conversa, com o objetivo de inspirar a ação climática coletiva e ocupar o espaço urbano com cultura e resistência.

Além disso, o Centro Sabiá montou um estande no evento, apresentando materiais informativos, livros e publicações voltadas à adaptação climática, destacando o trabalho desenvolvido junto às comunidades rurais e urbanas. O estande tornou-se um ponto de encontro para troca de experiências e fortalecimento de redes de colaboração.

No último dia da conferência, o Sabiá promoveu a sessão "Semiárido Vivo: Vozes Comunitárias", que reuniu agricultores, jovens e representantes de comunidades tradicionais para compartilhar suas experiências e estratégias de adaptação às mudanças climáticas em áreas secas. A sessão foi um espaço potente de escuta e valorização dos saberes locais.

A participação do Centro Sabiá no CBA-19 reforça o protagonismo das organizações da sociedade civil do Semiárido brasileiro na construção de soluções locais para os desafios globais frente às mudanças climáticas.

O enfrentamento à Desertificação no Brasil

Por Alexandre Pires

Diretor de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente



Ricardo Araújo

Desde 1997, o Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês). A UNCCD é uma das três convenções resultado da Rio 92, as outras duas são a Convenção de Biodiversidade (CDB) e a outra a Convenção de Mudança do Clima (UNFCCC).

Em 2003, sob o comando da Ministra Marina Silva, no primeiro governo do Presidente Lula, se deu início a elaboração do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN

Brasil) publicado em 2004. Até 2015 a agenda avançou: os estados do Semiárido criaram seus planos estaduais e leis que criam políticas estaduais; em 2008 foi criada a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD); e, em 2015 publicada a Lei 13.153 que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PNCD).

Mas os retrocessos começaram ainda em 2016, e foram aprofundados durante o governo Bolsonaro. A agenda da desertificação foi completamente

interrompida, a Comissão deixou de funcionar, não se manteve a relação com os estados e no âmbito internacional o Brasil se isolou.

Em 2023, com o início do terceiro Governo Lula, e sob o comando da Ministra Marina Silva, no agora Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a agenda foi retomada com muita força. Um dos principais aspectos foi a criação do Departamento de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Mesmo com fragilidade financeira e equipe reduzida, uma entre tantas medidas do departamento foi a



Ricardo Araújo

decisão de, após 20 anos, elaborar o segundo Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação (PAB Brasil).

Em uma construção com grupo de organizações de pesquisa do Semiárido, como a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o MMA desencadeou um processo de escuta envolvendo setor produtivo, governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e representação das comunidades e povos tradicionais, realizou 15 seminários, dos quais participaram pouco mais de 1.200 pessoas.

Um esforço de reconhecer os avanços desde o primeiro plano, atualizar a contexto frente o agravamento da emergência climática e propor

ações concretas que orientem as ações do Governo Federal nos próximos 20 anos para o combate à desertificação.

Foram centenas de ações e metas de curto, médio e longo prazos propostos nos seminários. Uma versão preliminar do Plano também passou por Consulta Pública na Plataforma Participe Mais Brasil, onde recebeu cerca de 59 sugestões.

Agora o MMA tem a incumbência de pactuar as metas do PAB Brasil com outros ministérios e órgãos do Governo Federal e submeter para apreciação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), que foi recriada por decreto presidencial em 2024 e reinstalada em abril de 2025.

O PAB está estruturado em 5 eixos, ações, metas, responsáveis e corresponsáveis ou parceiros. Questões como regularização fundiárias e

reforma agrária, restauração da Caatinga, abordagem centrada na convivência com o Semiárido e a agroecologia, e o reconhecimento dos saberes dos povos e comunidades tradicionais do Semiárido, são destaques do PAB Brasil para os próximos anos.

O Plano é um instrumento que deve nortear as políticas para o território do Semiárido e esse será um grande esforço e legado que deixaremos para a sociedade brasileira. Alguns desafios para a implementação do Plano passam pela estabilidade política do Brasil, no sentido de mantermos um governo comprometido com a agenda e por outro lado um processo de monitoramento e revisão periódicos.



18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Por Hyldiane Lima

psicóloga, especialista em Direitos Humanos,
coordenadora de Projetos do Centro das Mulheres do Cabo

Há 52 anos, 18 de maio de 1973, uma menina de apenas oito anos foi brutalmente violentada e assassinada na cidade de Vitória, Espírito Santo, o crime chamou a atenção de todo o País pelo resquício de crueldade. Em memória ao crime que ficou conhecido como o Caso Araceli, em 2000, foi promulgada a Lei nº 9.970/2000, que instituiu o **18 de Maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, com o objetivo de conscientizar, prevenir e dar visibilidade aos crimes de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes.

A data é uma conquista para a infância brasileira, pois ao longo desses 25 anos, vimos diversas regiões do país realizarem ações, atividades e campanhas que visibilizam o tema, promovendo várias discussões sobre esta violação de direitos de meninas e meninos.

Este tipo de violência são fenômenos multifacetados, não ocorrem apenas em situações de pobreza ou de exclusão social, estão também ligados a fatores construídos socialmente, tais como: as relações de poder exercidas pelos adultos sobre as crianças e adolescentes, dos homens sobre as mulheres; o uso da violência e da força física como formas de educar meninas e meninos; e a visão distorcida de que crianças e adolescentes são objetos de manipulação dos adultos.

As estatísticas mostram que, em sua grande maioria, esses crimes são cometidos na relação de confiança das meninas e meninos.



Campanha Faça Bonito

Muitas vezes, o agressor está dentro da sua própria casa são: pais, padrastos, irmãos, tios, primos, ou mesmo vizinhos, que se aproveitam da sua aproximação e da relação de confiança que tem com as vítimas.

Esses crimes sexuais deixam marcas profundas em meninos e meninas, comprometendo em algumas situações sua integridade física e seu desenvolvimento psicológico, afetando sua autoestima e sua capacidade de estabelecer futuras relações de confiança.

Ainda hoje, os números são alarmantes, de acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher do Ministério das Mulheres, entre 2013 e 2023, mais de 232 mil meninas de até

14 anos tiveram filhos no Brasil, esses números apontam a grave realidade da violência sexual cometida contra nossas meninas.

O crescimento do uso das redes sociais tem elevado o número de violações pela internet, conforme aponta a Safernet, as denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil online tiveram um aumento de 70% em 2023.

Para enfrentarmos esta situação é necessário a elaboração de políticas públicas que garantam os direitos de crianças e adolescentes, considerando a diversidade social, cultural, regional, étnica, racial, de gênero e de classe existentes em nosso País. Precisamos visualizar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, como cidadãos e cidadãs.



A Mata Atlântica de Pernambuco e suas frutas

Experiência da Comunidade Engenho Conceição

Por Edgar Caliento

técnico do Centro Sabiá na Zona da Mata Sul

Ana Mendes / Acervo Centro Sabiá



No dia 27 de maio, é comemorado o Dia Nacional da Mata Atlântica, como forma de chamar atenção e preservar um bioma muito importante, conhecido pela rica biodiversidade, seja na flora e fauna, nas nascentes e frutas diversas e comestíveis.

Certo que há desmatamentos e fragmentação da floresta ao longo da história do Brasil, principalmente em Pernambuco, onde a monocultura da cana de açúcar se faz presente na Mata Norte e Mata Sul do estado. Apesar de haver 91 Unidades de Conservação, o estado detém apenas 13% de sua cobertura original.

Neste contexto, são necessárias ações para reflorestar e utilizar a Mata de forma mais

racional, com envolvimento da população e poder público. Interessante seria reflorestar e gerar renda, equilibrando fatores importantes para frear o desmatamento, compreendendo a floresta como necessária e imprescindível para a prosperidade social e ambiental. Produzir comida sem venenos e adubos químicos, com a mata em pé tem grande relevância e é um imenso desafio.

Desta forma, destacamos uma ação exitosa. Em abril de 2025, o Centro Sabiá realizou a reinauguração da Unidade de Beneficiamento (UB) de Polpas de Frutas Maria Zulmira de Freitas, na comunidade do Engenho Conceição, zona rural de Sirinhaém. Foram feitas reformas na estrutu-

ra, compra de equipamentos, como câmara fria e embaladora semi automática, assim como construção e atualização do plano de negócios, capacitações, tudo para conseguirmos o registro de funcionamento, garantido uma comercialização dentro da legislação nacional vigente. Estamos nos processos finais para atingir este objetivo.

A unidade está localizada na Zona da Mata Sul do estado, e também próximo aos Sistemas Agroflorestais da família Freitas e comunidade, estes, responsáveis por produzir e abastecer com diversas frutas a UB. A importância desta ação se dá na perspectiva do aumento da geração de renda para toda a comunidade, em especial, ao acessar, com a produção das polpas de frutas, as políticas públicas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A comunidade do Engenho Conceição convive com estes recortes de matas, rodeado da monocultura da cana de açúcar, na maioria das áreas e algumas Agroflorestas com idade de aproximadamente 30 anos.

Estas Matas e também as Agroflorestas contêm uma rica diversidade de frutos nativos comestíveis, mas destacamos a pitanga, o maracujá, o araçá e o cajá. Estas frutas, acrescentadas da graviola, manga e a goiaba, são usadas na UB, gerando renda e estimulando as populações a investir nas Agroflorestas, em manejos agroecológicos e na manutenção da Mata Atlântica, com usos resilientes.



Por **Cilene Lima**

agricultora familiar de base agroecológica. Sítio Caruá, Vertentes - PE.



Produzir alimentos preservando a Caatinga

Para nós, preservar começa pelo simples respeito à diversidade e a resistência do nosso bioma. Ensinar a família a conhecer e cuidar é nossa prioridade.

Vivemos em um lugar onde seca, desmatamento e extinção assolam a realidade de muitos, os poucos lugares de plantas e mata nativa são ceifados pelas gotas do famoso "veneno", o resultado? Áreas devastadas para um pasto que muitas vezes nem é utilizado. Viver sem agrotóxicos, na foice, é trabalhoso, mas nossa produção traz grandes recompensas.

Em busca de uma vida menos danosa para nossa fauna, também aprendemos a plantar e cuidar do nosso solo. Além de uma alimentação saudável, a prática de cultivar comida de verdade se tornou mais frequente, alimento esse que acompanhamos da semente a colheita, longe de todos os tipos de agrotóxicos.

Apesar de todas as dificuldades, principalmente com a seca, nossa família sabe como é viver comendo comida de verdade e sabe mais: preservar e cuidar da nossa Caatinga e da sua história.

Juventudes rurais na luta contra o racismo

Por **Sival Fiuza**

acadêmico de Letras pela UFRPE/ UAST e
Jovem Multiplicador da Agroecologia

Na zona rural e urbana, o racismo se manifesta de formas diferentes, mas a opressão é uma só. Enquanto nas cidades o preconceito aparece no acesso desigual ao emprego, na violência policial e na marginalização, no campo ele se esconde por trás da negação de direitos básicos, da falta de políticas públicas e da invisibilidade imposta às comunidades rurais, indígenas e quilombolas.

Jovens rurais enfrentam diariamente o peso do racismo estrutural. No Sertão do Pajeú, no município de Serra Talhada, a primeira comunidade quilombola foi reconhecida apenas em 2013 – um atraso que revela décadas de invisibilidade e negação de direitos. Esse reconhecimento tardio é só um exemplo de como o Estado falha em garantir justiça territorial e dignidade aos povos tradicionais do campo. Enquanto isso, a concentração de terras e a expansão do agronegócio avançam sobre territórios tradicionais, ameaçando modos de vida ancestrais.

Em comunidades rurais e quilombolas, a luta contra o racismo se dá no cotidiano: na organização coletiva, na preservação de sementes crioulas e na resistência por território. Muitos jovens não possuem sequer documentação básica, o que os impede de acessar programas sociais, e enfrentam o descaso do poder público, que ignora suas demandas. No Sertão pernambucano é comum a ausência de escolas com ensino médio completo e a precariedade dos transportes escolares, o que obriga muitos a abandonarem os estudos ou migrarem para os centros urbanos. O racismo ambiental também se revela na seca intensificada pela má distribuição de água, na falta de assistência



Ana Mendes / Acervo Centro Sabiá

técnica para agricultura familiar e no abandono das escolas rurais.

Mas a resistência persiste. Coletivos de juventude, articulações quilombolas e movimentos e organizações agroecológicas como o Centro Sabiá têm fortalecido a luta desses jovens, promovendo formações sobre direitos, incentivando a produção sustentável e pressionando por políticas afirmativas. A titulação de terras quilombolas não é apenas uma questão agrária, mas um enfrentamento direto ao racismo que nega o direito à existência dessas comunidades.

Diante dessas realidades, fica claro que combater o racismo na zona rural e urbana exige mais do que reconhecimento simbólico – demanda ações concretas que garantam terra, direitos e dignidade. A resistência das comunidades rurais, quilombolas e indígenas revela que a transformação começa na organização coletiva e na reivindicação por justiça territorial.

Enquanto o Estado falha em reparar séculos de opressão, são essas vozes que mantêm viva a luta por um futuro onde a igualdade de direitos seja vivida. O caminho é longo, mas cada semente de resistência plantada hoje é um passo rumo a um Brasil que, de fato, enfrente seu passado e construa um amanhã sem racismo.



O jornal Dois Dedos de Prosa também está disponível para leitura na versão mobile. Baixe agora em nosso site: www.centrosabia.org.br

